

14º SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO

SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

14º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-21-06>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Décio Terror

Liberdade de expressão

Recebe o nome de liberdade de expressão a garantia assegurada a qualquer indivíduo de se manifestar, buscar e receber ideias e informações de todos os tipos, com ou sem a intervenção de terceiros, por meio de linguagens oral, escrita, artística ou qualquer outro meio de comunicação. O princípio da liberdade de expressão deve ser protegido pela constituição de uma democracia, impedindo os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.

Um debate livre e aberto sobre as questões nacionais fundamentais gera considerações positivas sobre a melhor estratégia a ser adotada na solução dos problemas daquela comunidade. Por isso, é fundamental a existência da democracia e de uma sociedade civil educada e bem informada cujo acesso à informação permita que esta participe da vida pública, fortalecendo as instituições públicas com sua influência. É aí que entra a liberdade de expressão, pois esta proporciona à coletividade uma gama variada de ideias, dados e opiniões livres de censura, que podem ser avaliados, e possivelmente, abraçados. Para um povo livre governar a si mesmo, deve ser livre para se exprimir, aberta, pública e repetidamente; de forma oral ou escrita.

É importante salientar que sempre que esta garantia sofrer determinada restrição, esta deve ser caracterizada em parâmetros claros, estritos e inseridos dentro de uma conjuntura definida. A restrição legítima é bem diferente de abuso de poder e ilegalidade. Além disso, a liberdade de expressão não é um direito absoluto, o que significa que a manifestação pode descambar para a calúnia, difamação ou injúria, o que pode originar um processo ou resposta em reação à declaração feita.

A constituição brasileira assegura aos cidadãos um amplo acesso à informação a partir de diferentes e variadas fontes, dentro de um ambiente democrático, que garanta as liberdades de expressão e de imprensa. Apesar de um bom repertório jurídico, acumulado desde a instauração da Nova República, em 1984, a legislação ainda não responde aos desafios políticos e sociais impostos e pela nova realidade social brasileira e, tampouco, atende à inquestionável revolução tecnológica pela qual passou e passa o setor.

Muitos movimentos organizados para defender seus próprios direitos ainda são reprimidos. Na atual conjuntura, a liberdade de expressão não se constitui em um direito pleno que pode ser exercido por todos. Há ainda outro problema em relação ao campo da mídia, (internet, TV etc.), no qual o país ainda enfrenta defasagem em seu marco regulatório.

<https://www.infoescola.com/direito/liberdade-de-expressao/>

01. Infere-se do texto que:

- a) todo cidadão é livre para se expressar da forma como bem entender e qualquer restrição a isso é categoricamente uma censura.
- b) a liberdade de expressão é uma conquista da democracia e um direito absoluto do cidadão.
- c) o repertório jurídico atual atende plenamente aos desafios políticos e sociais impostos pela nova realidade social brasileira.
- d) a liberdade de expressão é uma poderosa ferramenta social adotada na solução dos problemas de uma comunidade.
- e) a restrição legítima da liberdade de expressão é o mesmo que censura.

02. O parágrafo do texto que transmite uma ressalva em relação ao tema é o:

- a) 1º parágrafo
- b) 2º parágrafo
- c) 3º parágrafo
- d) 4º parágrafo
- e) 5º parágrafo

03. No texto, o sujeito da oração “É importante” (3º parágrafo) é

- a) o trecho “salientar” (3º parágrafo).
- b) o trecho “que esta garantia sofrer determinada restrição” (3º parágrafo).
- c) o termo “importante” (3º parágrafo).
- d) classificado como indeterminado.
- e) oculto e se refere ao período “esta deve ser caracterizada em parâmetros claros, estritos e inseridos dentro de uma conjuntura definida” (3º parágrafo).

04. No período “O princípio da liberdade de expressão deve ser protegido pela constituição de uma democracia, impedindo os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.” (1º parágrafo), mantendo-se a correção gramatical, a coesão e a coerência, a oração reduzida de gerúndio só não pode ser desenvolvida da seguinte forma:

- a) e impede os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.
- b) o que impede os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.
- c) por isso impede os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.
- d) conquanto impede os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.
- e) de modo que impede os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura.

05. Pode-se alternar a posição dos termos sublinhados, mantendo-se a correção e o sentido original, à exceção de:

- a) “a qualquer indivíduo de se manifestar, buscar e receber ideias e informações de todos os tipos” (1º parágrafo)
- b) “Por isso, é fundamental a existência da democracia e de uma sociedade civil” (2º parágrafo)
- c) “por meio de linguagens oral, escrita, artística ou qualquer outro meio de comunicação” (1º parágrafo)
- d) “impedindo os ramos legislativo e executivo do governo de impor a censura” (1º parágrafo)
- e) “Um debate livre e aberto sobre as questões nacionais fundamentais” (2º parágrafo)

06. Os elementos linguísticos sublinhados podem ser substituídos pelos que se encontram entre parênteses, sem mudança de sentido ou prejuízo gramatical:

- a) “com ou sem a intervenção de terceiros, por meio de linguagens oral, escrita, artística ou qualquer outro meio de comunicação” (atravéz de)
- b) “É aí que entra a liberdade de expressão” (Onde então)

- c) “esta proporciona à coletividade uma gama variada de ideias” (vária)
- d) “inquestionável revolução tecnológica pela qual passou e passa o setor” (porque)
- e) “Um debate livre e aberto sobre as questões nacionais fundamentais” (a despeito das)

07. O trecho sublinhado é complemento de vocábulo anterior:

- a) “Recebe o nome de liberdade de expressão a garantia assegurada a qualquer indivíduo de se manifestar” (1º parágrafo)
- b) “O princípio da liberdade de expressão deve ser protegido pela constituição de uma democracia” (1º parágrafo)
- c) “O princípio da liberdade de expressão deve ser protegido pela constituição de uma democracia” (2º parágrafo)
- d) “proporciona à coletividade uma gama variada de ideias, dados e opiniões livres de censura” (2º parágrafo)
- e) “Um debate livre e aberto sobre as questões nacionais fundamentais gera considerações positivas” (2º parágrafo)

08. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta a respeito do parágrafo abaixo:

“Um debate livre e aberto sobre as questões nacionais fundamentais gera considerações positivas sobre a melhor estratégia a ser adotada na solução dos problemas daquela comunidade. Por isso, é fundamental a existência da democracia e de uma sociedade civil educada e bem informada cujo acesso à informação permita que esta participe da vida pública, fortalecendo as instituições públicas com sua influência. É aí que entra a liberdade de expressão, pois esta proporciona à coletividade uma gama variada de ideias, dados e opiniões livres de censura, que podem ser avaliados, e possivelmente, abraçados. Para um povo livre governar a si mesmo, deve ser livre para se exprimir, aberta, pública e repetidamente; de forma oral ou escrita.”

I – Como se entende que há um debate livre e um debate aberto, cabe a flexão do verbo “gera” no plural: **Um debate livre e aberto sobre as**

questões nacionais fundamentais geram considerações positivas.

II – A troca da expressão “a ser adotada” por **a adotar-se** mantém a correção gramatical e a coerência, da mesma forma que também cabe a troca da expressão “podem ser avaliados” por **podem se avaliar.**

III – O pronome átono “se” pode se posicionar após o verbo: **para exprimir-se.**

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Somente as afirmações II e III estão corretas.

09. A vírgula que precede o segmento e que deve ser excluída para preservar a correção gramatical e a coerência é:

- a) “é fundamental a existência da democracia e de uma sociedade civil educada e bem informada” (2º parágrafo)
- b) “fortalecendo as instituições públicas com sua influência” (2º parágrafo)
- c) “o que significa que a manifestação pode descambar para a calúnia” (3º parágrafo)
- d) “que garanta as liberdades de expressão e de imprensa” (4º parágrafo)
- e) “a liberdade de expressão não se constitui em um direito pleno que pode ser exercido por todos” (5º parágrafo)

10. Mantém-se a correção gramatical e o sentido original a substituição do conectivo “Por isso” (2º parágrafo) por:

- a) Por conseguinte
- b) Destarte
- c) Dessa Forma
- d) Portanto
- e) Porquanto

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. De acordo com o texto da LODERJ, é correto afirmar que:

- a) Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência, não havendo expediente no período compreendido entre 20 de dezembro e 02 de janeiro, inclusive.
- b) Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais funcionarão diariamente, podendo fazê-lo em regime de meio expediente, das 08 às 12 horas, nos dias referidos neste artigo.
- c) O Presidente do Tribunal de Justiça divulgará escala de plantão de magistrados para os dias e horários em que houver expediente forense.
- d) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário: aos sábados, domingos e no dia 8 de dezembro (Dia da Justiça); nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais; segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval; quinta e sexta-feira da Semana Santa; em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas.
- e) Por motivo de ordem pública, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá decretar o fechamento de fórum ou de qualquer dependência do serviço judiciário, salvo encerrar o expediente respectivo antes da hora legal.

12. Analise as assertivas abaixo sobre os juízes de paz, conforme definição da LODERJ:

I. Em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital, haverá um juiz de paz e até dois suplentes

II. A impugnação à regularidade processual, a arguição de impedimentos ou de quaisquer incidentes ou controvérsias relativas à habilitação para o casamento serão decididos pelo juiz de direito competente em matéria de Registro Civil.

III. Nos casos de falta, ausência ou impedimento do juiz de paz e de seus suplentes, caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil a nomeação de juiz de paz substituto.

IV. Compete ao Tribunal Pleno a regulamentação sobre o funcionamento da Justiça de Paz no Estado, dispondo a respeito de direitos, deveres e penalidades aplicáveis aos juízes de paz e decidindo os casos omissos.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) I e IV.
- e) II e III.

13. Considerando o texto da Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa incorreta:

- a) Os atuais servidores titulares dos cargos de Técnico Judiciário II, Técnico Judiciário III e Escrivão e dos cargos singulares de nível superior serão enquadrados na carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dividida nas áreas distintas de atividade.
- b) Os atuais servidores titulares do cargo de Técnico Judiciário I e dos cargos singulares de nível médio serão enquadrados na carreira de Técnico de Atividade Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dividida nas áreas distintas de atividade.
- c) Os servidores não serão enquadrados em padrão remuneratório inferior, em decorrência da reestruturação de cargos, à percebida antes da vigência desta Lei.

d) Dentro da jornada normal de trabalho, será assegurado intervalo para descanso.

e) A jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei será fixada em Regulamento, respeitada a prestação de 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais de trabalho, observada a legislação federal específica.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. Nos termos do que dispõe o Decreto nº 2.479/75 acerca das penalidades disciplinares, é correto afirmar que:

- a) é vedado considerar, na aplicação da penalidade, os antecedentes funcionais do servidor.
- b) as penalidades disciplinares são impostas independentemente de registro nos assentamentos funcionais do servidor.
- c) em nenhuma hipótese, admite-se a aplicação de penalidade por meio verbal, devendo sempre constar de documento formal e escrito.
- d) no caso de cometimento de falta grave, será aplicada a pena de suspensão, que não poderá exceder a cento e oitenta dias.
- e) a embriaguez em serviço é punida primeiramente com advertência, e, em caso de reincidência, acarreta a suspensão do servidor.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Ao próprio Corregedor-Geral da Justiça

16. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, das decisões ou atos administrativos do Corregedor-Geral da Justiça, caberá recurso administrativo, no prazo de 08 (oito) dias

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Corregedor-Geral da Justiça

17. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os recursos interpostos contra as decisões dos Juízes de Direito que aplicarem penalidades disciplinares de advertência os seus servidores, serão apreciadas pelo

- a) Ao Conselho da Magistratura
- b) Ao Tribunal Pleno
- c) Ao Órgão Especial
- d) Ao Presidente do Tribunal
- e) Corregedor-Geral da Justiça

18. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a

- a) supri-lo no prazo de 05 dias, cabendo exclusivamente ao Conselho da Magistratura a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.
- b) supri-lo no prazo de 03 dias, cabendo exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.
- c) supri-lo no prazo de 10 dias, cabendo exclusivamente ao Presidente do Tribunal a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.
- d) supri-lo no prazo de 05 dias, cabendo exclusivamente ao 1º Vice-Presidente a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

e) supri-lo no prazo de 03 dias, cabendo exclusivamente ao 1ºVice-Presidente a eventual aplicação da deserção, que incidirá imediatamente em caso de ausência de recolhimento.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 10.048/2000 (Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência), assinale a alternativa correta:

- a) Tendo em vista a capacidade civil da pessoa com deficiência, é vedado ao juiz nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.
- b) Fica assegurado à pessoa com deficiência, independente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.
- c) Terão garantia de atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.
- d) As frotas de táxis devem reservar 5% de seus veículos acessíveis as pessoas com deficiência.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso, em razão da reserva do espaço.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thálius Moraes

20. Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta

- a) A celebração de acordo de leniência com a pessoa jurídica causadora do dano irá isentá-la integralmente das penas previstas na Lei 12.846/13, inclusive do dever de reparar o dano causado
- b) Em caso de responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa, ficará afastada a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- c) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública é subjetiva, de forma que depende, portanto, da análise de dolo ou culpa na prática da conduta lesiva.
- d) A proposta de acordo de leniência rejeitada não implica reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.
- e) Celebrado o acordo de leniência, fica suspenso o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

21. Com referência a conceitos, fontes e princípios do direito administrativo e dos conceitos de Estado e Governo, assinale a opção correta.

- a) Os costumes são fontes diretas do direito administrativo, desde que sejam secundum legem.
- b) As decisões judiciais com efeitos vinculantes ou eficácia erga omnes são consideradas fontes secundárias de direito administrativo.
- c) Povo, território e governo soberano são elementos indissociáveis do Estado.
- d) A aplicação do princípio da segurança jurídica impossibilita a invalidação dos atos administrativos.

e) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.

22. Acerca da matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

- a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexistente hierarquia ou subordinação.
- b) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.
- c) é pautada por uma relação de subordinação.
- d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.
- e) por delegação transfere a execução e titularidade de um determinado serviço público.

23. Considerando as regras constitucionais acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, considere os seguintes itens.

- I – É admitida como regra geral, desde que exista compatibilidade de horários.
- II - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo, também, as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- III - Em caso de acumulação lícita, o teto remuneratório será calculado sobre cada cargo isoladamente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

24. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por um agente público de um órgão do Poder Executivo, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

25. Caso a Administração Pública opte por prestar determinado serviço público de forma indireta, a delegação poderá ser efetuada por meio de

- a) concessão, que sempre deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência.
- b) permissão, formalizada por meio de um ato administrativo discricionário.
- c) permissão, que poderá ser celebrada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- d) autorização, formalizada por meio de um contrato administrativo.
- e) concessão, que possui um caráter precário, sendo formalizada por um contrato administrativo.

26. Acerca do controle realizado pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

- a) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas possui uma natureza técnica, administrativa e jurisdicional.
- b) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas se limita ao controle financeiro, sendo vedada a fiscalização contábil e orçamentária das pessoas privadas que administre bens e valores públicos.

c) o Tribunal de Contas da União possui competência para apreciar e julgar as contas do Presidente da República.

d) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas não se restringe ao controle financeiro, abrangendo, também, a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública, inclusive dos entes da Administração Indireta.

e) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo na fiscalização e controle financeiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentam contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

28. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

29. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

- a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

- d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.
- e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

30. Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal:

- a) legislar sobre seguridade social.
- b) legislar sobre registros públicos.
- c) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- d) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- e) legislar sobre assistência jurídica e Defensoria pública.

31. A respeito do processo legislativo constitucional, indique a alternativa INCORRETA.

- a) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.
- b) É vedada a edição de medida provisória a respeito de direito penal incriminador e de direito processual penal.
- c) A irrepetibilidade é princípio do processo legislativo, de modo que a matéria que constou de uma proposição rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. A irrepetibilidade, diferente do que se dá no processo legislativo das leis, é absoluta no processo legislativo das emendas à Constituição Federal e no das medidas provisórias.
- d) Por decreto legislativo, poderá o Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a competência para criação de leis delegadas.
- e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.

32. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Na promoção por antiguidade, o tribunal não poderá recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.
- b) A regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.
- d) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Acerca da representação, assinale a alternativa incorreta:

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- b) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes.
- c) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- d) O prazo decadencial para requerimento de anulação de negócio jurídico realizado pelo representante em conflito de interesse com o representado é de 180 dias.
- e) O representante responde pelos atos que excederem à representação.

34. De acordo com o entendimento doutrinário, conceitua-se como _____, o que, segundo o qual o que estiver estipulado entre as partes tem força de lei, uma vez que o contrato vincula os envolvidos no seu devido cumprimento.

A conceituação apresentada anteriormente refere-se ao princípio:

- a) da função social do contrato
- b) da força obrigatória do contrato
- c) da boa-fé subjetiva
- d) da proibição de comportamento contraditório
- e) da boa-fé objetiva

35. A respeito de nome civil, assinale a opção incorreta.

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- b) É vedada a utilização de nome alheio em propaganda comercial sem a devida autorização.
- c) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- d) Pseudônimo adotado para o exercício de atividades lícitas não possui proteção.
- e) A utilização do nome de uma pessoa por outrem em publicação cujo conteúdo a expõe à desprezo público é ilegal.

36. De acordo com o Código Civil, devem ser averbados em registro público

- I - os casamentos, as sentenças que declararem sua nulidade e as sentenças que decretarem o divórcio.
- II - os atos extrajudiciais que declararem ou reconhecerem filiação.

III - as emancipações por sentença do juiz.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) II.
- c) I.
- d) II e III.
- e) I e II.

37. Conforme preconiza a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, cabe responsabilização pessoal do agente público que, em razão de suas opiniões técnicas, restar comprovada a existência de:

- a) dolo ou erro grosseiro.
- b) dolo ou culpa.
- c) negligência, imprudência ou imperícia.
- d) erro grosseiro ou negligência.
- e) má-fé ou culpa grave.

38. Acerca do instituto da prescrição, julgue os itens a seguir.

I - Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

II - A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, por quaisquer das partes.

III - A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Está correto apenas o que prevê as afirmativas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, apenas.
- d) III, apenas.
- e) todas as afirmativas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Assinale a alternativa correta sobre o indeferimento da petição inicial e a improcedência liminar do pedido:

- a) o juiz pode determinar o indeferimento da petição quando houver prescrição.
- b) a inépcia gera a improcedência liminar do pedido.
- c) pedido que contraria o enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal deve ser julgado liminarmente procedente.
- d) no caso de indeferimento da petição inicial, interposta apelação, o juiz pode se retratar no prazo de 5 dias.
- e) nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, o autor deve, sob pena de ausência de interesse, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

40. Sobre as provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode aplicar, no seu julgamento, regras da experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.
- b) Não dependem de provas os fatos notórios, os confessados pela parte contrária e os admitidos no processo como controversos.
- c) É admissível a utilização de provas produzidas em outro processo apenas em relação aos fatos notórios.
- d) O juiz não pode apreciar a prova em desfavor da parte que a produziu.
- e) As partes têm o direito de empregar todos meios moralmente legítimos para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz, desde que especificados no Código.

41. Sobre a coisa julgada material, assinale a alternativa correta:

- a) A coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a ação rescisória.
- b) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido, salvo em ação rescisória.
- c) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo atingir terceiros interessados.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada, ainda que no processo não tenha havido qualquer restrição probatória ou limitação à cognição judicial que impedisse o aprofundamento da análise.
- e) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida, alcançando também as questões prejudiciais que tenham sido decididas expressa ou incidentalmente, ainda que tenha ocorrido revelia.

42. Sobre a o título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Se a declaração de inconstitucionalidade for anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, o título será nulo. Por outro lado, se a declaração for posterior ao trânsito em julgado, o título será inexigível.
- b) Se a declaração de inconstitucionalidade for anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, o título será inexigível. Por outro lado, se a declaração for posterior ao trânsito em julgado, não há efeito imediato sobre a validade ou exigibilidade do título.
- c) Se a decisão tiver sido proferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade o efeito se restringe às próprias partes do processo em que houve a declaração, não alcançando terceiros.
- d) Se a declaração de inconstitucionalidade for anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, o fato deverá ser alegado em embargos à execução. Por outro lado, se a declaração for posterior ao trânsito em julgado, a alegação deve ser feita por meio de ação rescisória.
- e) Se a declaração de inconstitucionalidade for anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, o fato deverá ser alegado em agravo de instrumento. Por outro lado, se a declaração for posterior ao trânsito em julgado, a alegação deve ser feita por meio de ação rescisória.

43. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em julgamento de mandado de segurança originário, proferiu decisão concedendo parcialmente a ordem. O impetrante pretende recorrer do capítulo da decisão que denegou a ordem; o Estado pretende recorrer do capítulo que deferiu a ordem. Nesse caso:

- a) o impetrante deve apresentar recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça; o Estado pode apresentar recurso especial e recurso extraordinário, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal respectivamente.
- b) tanto o impetrante quanto o Estado podem apresentar recurso especial e recurso extraordinário, dirigidos ao Superior Tribunal de

Justiça e ao Supremo Tribunal Federal respectivamente.

- c) o impetrante deve apresentar apelação endereçada ao Superior Tribunal de Justiça; o Estado pode apresentar recurso especial e recurso extraordinário, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal respectivamente.
- d) tanto o impetrante quanto o Estado podem apresentar recurso ordinário dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) tanto o impetrante quanto o Estado podem apresentar apelação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça.

44. Em petição inicial, o autor requereu apenas a tutela provisória de urgência antecipada. Proferida decisão concedendo a tutela pretendida, não foi interposto recurso. Sobre esta situação, assinale a alternativa correta:

- a) o processo deve prosseguir, devendo o Juiz intimar o autor para complementar sua argumentação no prazo de 15 dias.
- b) o processo deve ser extinto, fazendo a decisão coisa julgada material que só pode ser afastada através de ação rescisória.
- c) o processo deve ser suspenso, tornando-se a decisão estável. A tutela pode ser revista, reformada ou invalidade por pedido interposto nos mesmos autos.
- d) o processo deve ser extinto, tornando-se a decisão estável. A tutela pode ser revista, reformada ou invalidade por qualquer das partes em outra demanda, extinguindo-se esta possibilidade após 2 anos.
- e) o processo deve ser extinto, fazendo a decisão coisa julgada material. A tutela pode ser revista, reformada ou invalidade por qualquer das partes em outra demanda, extinguindo-se esta possibilidade após 2 anos.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

45. Dentre as assertivas abaixo, assinale a que corretamente indica uma das missões do direito penal.

- a) conservar a ordem política por meio da seletividade nas incriminações.
- b) servir como ferramenta de garantias para o delituoso.
- c) aplicar a pena com a finalidade única de retribuir ao criminoso o mal causado.
- d) aferir a vingança privada nas ocasiões previstas em lei, como, na legítima defesa.
- e) abrandar o clamor popular por meio de aparelhos simbólicos de punição.

46. Em relação aos princípios constitucionais do Direito Penal, pode-se afirmar que:

- a) o princípio da presunção de inocência é reconhecido somente pela Doutrina, não consta expressamente do Texto Constitucional.
- b) em excepcionais casos, a Constituição Federal aceita a prisão perpétua do acusado e a pena de banimento.
- c) o princípio do Juiz Natural admite que os acusados sejam processados e julgados por Tribunais de exceção, além do mais, está previsto expressamente na Constituição.
- d) o princípio da intranscendência da pena é garantido expressamente na Constituição, assegurando que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- e) os princípios da ampla defesa e do contraditório precisam ser obrigatoriamente ressaltados nos inquéritos policiais.

47. Marque a alternativa que está de acordo com a Legislação penal:

- a) aplica-se a teoria da ubiquidade em relação ao tempo do crime.
- b) A lei penal jamais retroagirá para atingir fatos antecedentes à sua vigência.
- c) considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão delituosa.

d) aplica-se a teoria da atividade em relação ao lugar do crime.

e) A lei posterior, que de qualquer modo beneficiar o agente, aplica-se aos fatos antecedentes, mesmo que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

48. Assinale a alternativa correta.

- a) está em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo beneficiar o agente, aplica-se aos fatos antecedentes, com exceção dos decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) no concurso de agentes, mesmo que algum dos concorrentes anseie participar somente de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do delito mais grave praticado pelos outros comparsas.
- d) em relação às excludentes de ilicitude, o agente não responde pelo excesso culposo.
- e) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

49. No caminho de sua residência até a repartição onde labora, um funcionário público, no interior de um ônibus coletivo, prevalece-se da desatenção de uma pessoa e subtrai-lhe a carteira onde contém certo tipo de quantia em dinheiro. O funcionário público responde pelo crime de:

- a) roubo.
- b) apropriação indébita.
- c) furto.
- d) peculato.
- e) estelionato.

50. Quanto ao crime de homicídio, é circunstância qualificadora do crime:

- a) o abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
- b) ser contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- c) o estado de embriaguez preordenada.
- d) ser contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) a reincidência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

51. Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) Em crime de ação penal pública condicionada, a autoridade competente poderá iniciar o inquérito policial de ofício.
- b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.
- c) No curso do inquérito policial, a autoridade competente, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, deverá tomar uma série de providências elencadas pelo Código de Processo Penal, entre elas, procederá a realização de acareação.
- d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, o defensor do investigado pode ter acesso aos elementos de convencimento, ainda que não documentados em procedimento investigatório realizado por órgão da polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício da defesa e no interesse do seu representado.
- e) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito policial para novas diligências mesmo se forem imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

52. Com relação à ação penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes praticados em detrimento do patrimônio dos municípios, a ação penal prescinde de representação.
- b) A perempção não afeta a ação penal pública, e também não tem eficácia sobre a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) A representação é retratável desde que manifestada antes do oferecimento da denúncia.
- d) Quando a ação penal for exclusivamente privada o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, apenas se não conhecido o lugar da infração.
- e) Caberá ação penal privada subsidiária da pública se o representante do *parquet* não for intentá-la no prazo legal.

53. Sobre a ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta:

- a) não poderá, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ser proposta pelos herdeiros do ofendido.
- b) Não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal.
- c) não poderá ser proposta quando a sentença absolutória no juízo criminal decidir que o fato imputado não constitui crime.
- d) De acordo com o princípio da intranscendência, a ação civil para ressarcimento do dano não poderá ser proposta, no juízo cível, contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil.
- e) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil, visando ao ressarcimento do dano, não poderá suspender o curso do processo civil.

54. Em matéria de competência penal, é correto afirmar:

- a) A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada pela continência.
- b) Tratando-se de competência territorial pelo lugar da infração, em regra, o CPP adotou a teoria da atividade.
- c) Em caso de conexão ou continência, prevalece, no concurso entre jurisdições da mesma categoria, como primeiro critério de preponderância, o do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.
- d) Nos casos de conexão entre competência de Justiça Estadual e Federal, predomina a competência Estadual na hipótese de processamento e julgamento do crime de sua competência ser o mais grave.
- e) Em nenhuma hipótese a competência será fixada pela residência do réu.

55. Sobre as nulidades no processo penal, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhum ato será declarado nulo, se a nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- b) Não ocorrerá a nulidade por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.
- c) As nulidades deverão ser arguidas se verificadas após a decisão da primeira instância, nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.
- d) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- e) O juiz que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

56. Sobre as decisões na primeira fase do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença será de desclassificação quando o magistrado se convencer que não existem indícios suficientes que atribuam a autoria ao acusado.
- b) A sentença de absolvição sumária dá-se quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos da competência do Tribunal do Júri, e não for competente para o julgamento.
- c) A sentença será de pronúncia quando o magistrado ficar convencido da possibilidade de ter havido crime doloso contra a vida e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação do acusado.
- d) A sentença de impronúncia é oriunda do reconhecimento da inexistência do fato, ou por não ser o acusado autor ou partícipe do delito, ou o fato não constituir infração penal ou ainda ficar demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão de crime.
- e) A decisão de desclassificação e de impronúncia são hábeis a inaugurar a segunda fase do rito do Júri.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Amarildo estava na posse de três documentos da Corregedoria. Um provimento, uma portaria e uma ordem de serviço.

Seu chefe imediato solicitou que enviasse o ato de caráter normativo urgentemente e na sequência precisa emitir um documento que serviria para divulgar notícia de interesse geral.

Amarildo deve

- a) Enviar de forma urgente o Provimento e na sequência emitir um Aviso.
- b) Enviar de forma urgente a Portaria e na sequência emitir um Provimento.
- c) Enviar de forma urgente a Ordem de Serviço e na sequência emitir um Ato Reservado.
- d) Enviar de forma urgente o Provimento e na sequência emitir uma Portaria.
- e) Enviar de forma urgente a Portaria e na sequência emitir uma Ordem de Serviço.

58. Acerca dos termos de abertura e encerramento dos livros, assinale a opção correta:

- a) O termo de encerramento poderá ser lavrado juntamente com o de abertura.
- b) É vedada a utilização das contracapas como termo de abertura e encerramento.
- c) A contracapa deve ser numerada.
- d) O termo de abertura terá o número do livro apenas após seu encerramento.
- e) O termo de abertura será assinado somente quando do encerramento do livro.

59. A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para Habeas Corpus

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

60. Um determinado ato foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 14 de novembro, uma terça-feira. O prazo concedido foi de 10 dias corridos para manifestação do requerido.

O prazo

- a) Começa a contar dia 14 e vence dia 23
- b) Começa a contar dia 15 e vence dia 24
- c) Começa a contar dia 16 e vence dia 25
- d) Começa a contar dia 16 e vence dia 26
- e) Começa a contar dia 17 e vence dia 27

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-21-06>


Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE